

O arrocho continua

Ainda que haja dinheiro para recuperar nosso poder aquisitivo e valorizar os níveis iniciais das carreiras na data base 23

Salários e Inflação

Ao lado está apresentada a tabela 1 com os dados de inflação, salário real e reajustes necessários para recuperarmos o poder aquisitivo de 1º de maio de 2012, referentes ao mês de janeiro/23. Na linha “SR”, é indicado o poder aquisitivo do salário recebido em fevereiro/23 em relação ao salário de 1º de maio de 2012.

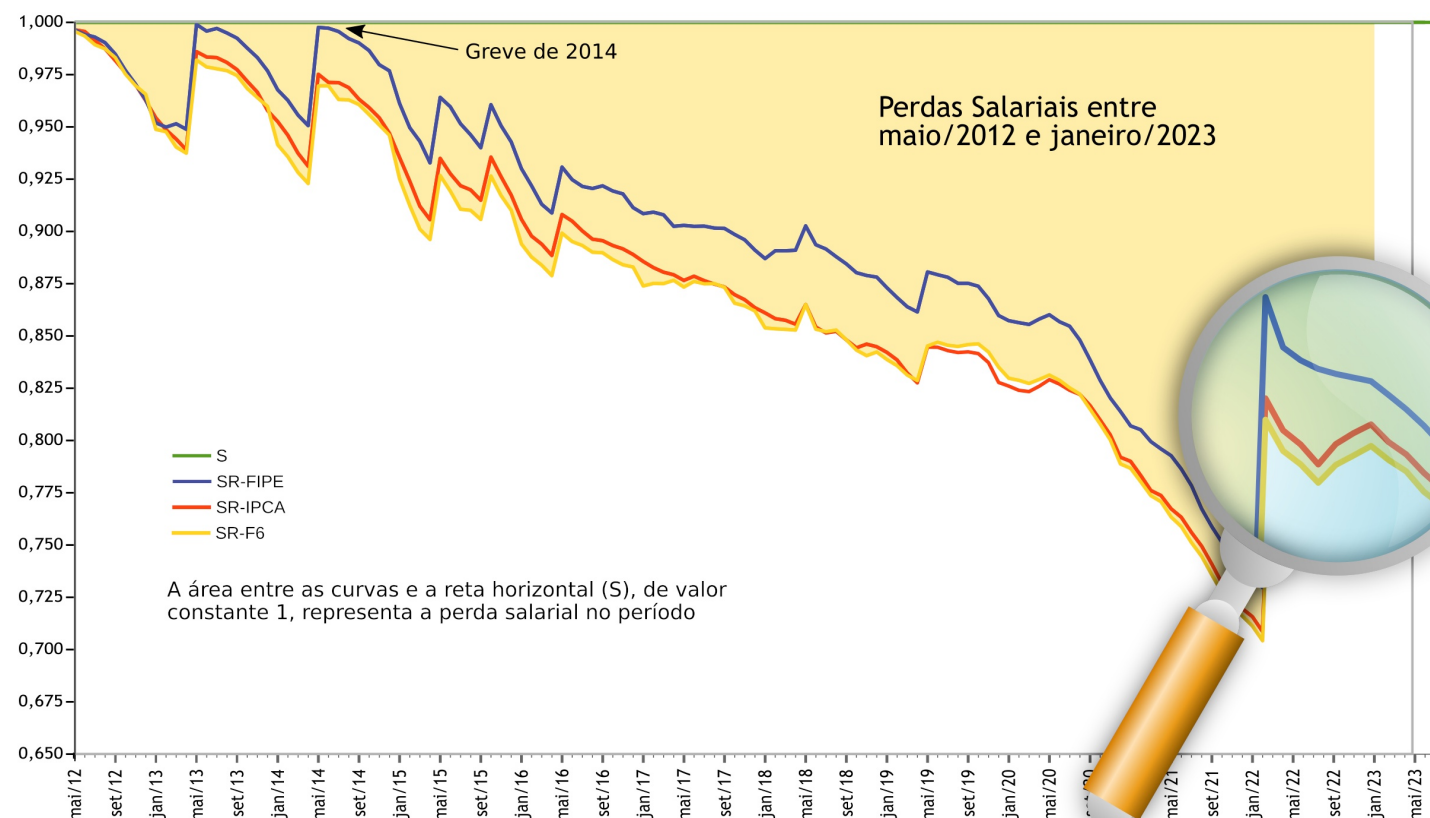
Destaca-se que as nossas reivindicações de data base incluem, além do reajuste de 23,16% apresentado na última coluna da tabela 1, mudanças nos interstícios da carreira docente, visando a aumentar os salários em seus níveis iniciais. A última linha da tabela 1 apresenta o número de salários que deixamos de receber desde 1º de maio de 2012 até janeiro de 2023, caso tivéssemos mantido o poder aquisitivo de 1/5/12, ou seja, com cada salário 23,16% maior do que o atual.

O gráfico apresentado abaixo representa a nossa perda salarial, com dados atualizados até o boletim de janeiro/23 e considerando também o gráfico 1 presente na página 15 da cartilha sobre o Financiamento das Universidades Estaduais e a data-base de 2022.

Tabela 1 - Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12

	IPCA (janeiro/23)	IPC-FIPE (janeiro/23)	Fórum das Seis* (janeiro/23)
Índice	0,53%	0,63%	0,46%
SR-IPCA	81,65%	82,87%	81,19%
Reajuste	22,47%	20,67%	23,16%
Salários perdidos	17,4	14,2	17,9

* ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data



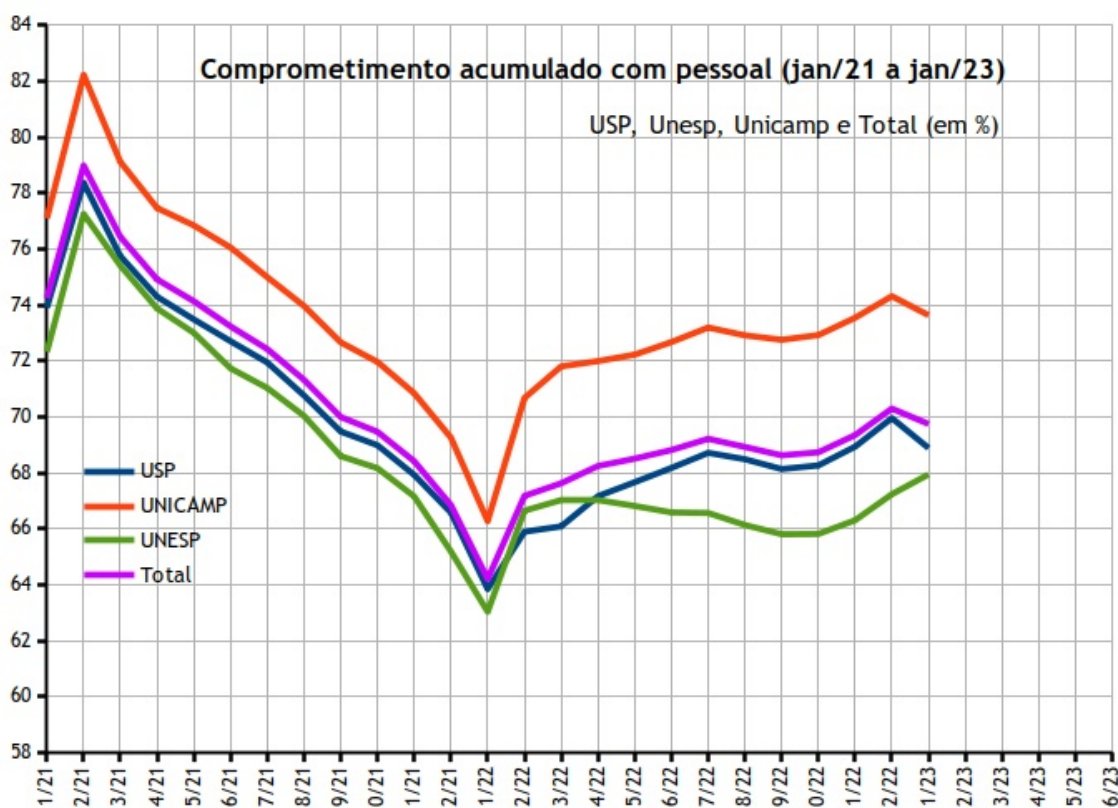
O comprometimento continua entre os mais baixos desde o decreto de autonomia de 1989

A planilha CRUESP de fevereiro/23 fornece as informações do comprometimento com folha de pagamento.

Desde a conquista da autonomia, após a greve das universidades estaduais paulistas em 1988, os comprometimentos com a folha salarial (e reflexos) permanecem entre os mais baixos. O gráfico apresentado abaixo ilustra a evolução dos comprometimentos acumulados com salários entre janeiro de 2021 e janeiro de 23:

Tabela 2 - Comprometimento com pessoal em janeiro de 2023

UNESP	UNICAMP	USP	Total
67,94%	73,63%	68,88%	69,74%



Base de Cálculo e os descontos indevidos nos repasses às universidades

Na cartilha *Financiamento das Universidades Estaduais e Data Base 2022*, é apresentado que o percentual de 9,57% referente ao ICMS-QPE não é aplicado sobre o total do montante, mas sim sobre um valor que já sofre descontos significativos, como aqueles destinados a programas de habitação e a partes da dívida ativa, entre outros. Isso significa que as universidades não recebem do governo estadual o mesmo tratamento que é dado aos municípios. Diante disso, a partir de agora, passaremos a nos referir a esse montante, sobre o qual é calculado o repasse de 9,57% para as universidades, como Base de Cálculo das Estaduais Paulistas (BCEP). É importante ressaltar que há tempos reivindicamos que esses descontos indevidos deixem de ocorrer.

A planilha da Sefaz, atualizada em 17/02/23, fornece as seguintes informações:

1. A BCEP em janeiro/23 foi de R\$ 11.541.317.636,61, 92,55% da de janeiro/22 (R\$ 12.470.747.844,45).
2. A BCEP acumulada no ano de 2022 atingiu R\$ 149.816.392.610, 8,28% **maior** que no ano de 2021 (R\$ 138.359.771.421).
3. Muito embora algumas alíneas tenham desaparecido da planilha da Sefaz de janeiro de 23, ainda assim os valores que são usual e indevidamente omitidos da BCEP atingiram, em janeiro/23, R\$ 175,61 milhões. Portanto, em janeiro de 23, as universidades estaduais deixaram de receber:

$$175,61 \times 0,0957 = \text{R\$ } 16,8 \text{ milhões.}$$

4. No segundo semestre de 2022, devido à LC 194 e à EC 123 (ambas de 2022), outras quantias significativas foram retiradas da BCEP: ressarcimentos por perda de arrecadação de ICMS devidos à Ação Cível Originária (ACO) 3.950 e a aplicação do inciso V, artigo 5º da EC 123/22. **Registre-se que os municípios estão recebendo a sua parte.** As tabelas ao lado dão conta do que foi indevidamente retirado da BCEP, sem reação ou providência alguma dos reitores.

4.1 Compensação pelo inciso V, art. 5º da EC123/22 (incentivos fiscais à produtores e distribuidores de etanol). Efeitos iniciaram em agosto/22 e terminaram em 31/12/22.

Código na planilha Sefaz: 17196101 – Aux. Fin. Outorga Inc V Cre.Trib.ICMS-EC123/22

Tabela 3 - Compensação pelo inciso V, art. 5º da EC123/22 (incentivos fiscais a produtores e distribuidores de etanol)

Mês/22	ICMS-Total	ICMS-QPE
Agosto	-	-
Setembro	-	-
Outubro (*)	1.150.784.880,48	863.088.660,36
Novembro	383.594.960,16	287.696.220,12
Dezembro	383.594.960,16	287.696.220,12
Total até dez/22	1.917.974.800,80	1.438.481.100,60

(*) As parcelas referentes a agosto e setembro foram repassadas somente em outubro.

Tabela 4 - Perdas calculadas a partir das transferências de ICMS aos municípios em compensação do art. 3º da LC 194 determinada pela ACO 3.950/22. Os efeitos iniciaram em ago/22 e terminariam em 31/12/22, mas seguem vigentes

mês	Parte Municipal	ICMS Total	ICMS-QPE
agosto/22	213.625.000	854.500.000	640.875.000
setembro/22	201.775.000	807.100.000	605.325.000
outubro/22	250.450.000	1.001.800.000	751.350.000
novembro/22	250.125.000	1.000.500.000	750.375.000
dezembro/22	4.977.000 (*)	19.908.000	14.931.000
Total em 2022	920.952.000	3.683.808.000	2.762.856.000
janeiro/23	282.480.000	1.129.920.000	847.440.000
Soma até janeiro/23	1.203.432.000	4.813.728.000	3.610.296.000

(*) Comunicado 05 (Sefaz; repasse em 23/12/22):

NOTA: Com a promulgação das partes vetadas da Lei Complementar 194, de 23/06/2022, publicada no DOU de 22/12/2022, os valores referentes à retenção de 20% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) do período de agosto a dezembro de 2022, foram deduzidos nesta parcela e repassados ao Fundo.

Entre agosto e janeiro de 2023, foram subtraídos da BCEP

$$\begin{array}{r}
 3.610.296.000 \text{ (ACO3950)} \\
 + \\
 1.438.481.101 \text{ (EC123)} \\
 \hline
 5.048.777.101
 \end{array}$$

isto é, R\$ 5,049 bilhões!

O Boletim GT VERBAS é uma publicação mensal da Associação dos Docentes da USP elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre financiamento das universidades estaduais paulistas

Composição do GT Verbas

César Minto (FE)

Francisco Miraglia (IME)

Lucília Daruiz Borsari (IME)

Marcelo Zaiat (EESC)

Marcio Moretto Ribeiro (EACH)

Marco Brinati (EP)

Pierluigi Benevieri (IME)

José Luís Pio Romera (STU)

Paulo Cesar Centoducatte (Admicamp)

Esta e outras publicações da Adusp estão disponíveis no site da entidade. Visite-nos em www.adusp.org.br

